

# PUBLICIDADE LEGAL



## EDIÇÃO DIGITAL



ASSINADO ELETRONICAMENTE  
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL  
CONFORME LEI 13.818/2019



VERIFICAÇÃO  
ACESSE: [VERIFICADOR.ITI.GOV.BR](https://verificador.it.gov.br)

EDIÇÃO 6491  
RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL



Goiânia, Sexta-feira 03 de julho de 2026

# Gazeta do Estado



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital  
conforme Lei 13.818/2019  
VERIFICAÇÃO - acesse: [validar.it.gov.br](https://validar.it.gov.br)

**Gazeta do Estado**  
ICP  
Brasil

Assinado Digitalmente por  
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA  
CNPJ: 04.471.978/0001-92  
Data: 2026/07/03 01:32:45

MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.  
CNPJ: 86.902.053/0001-13

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais. Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado - Nota 2.4). Rows include Ativos Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido Circulante, Não circulante, Total do passivo e patrimônio líquido.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado. Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais. Table with columns for 2025 and 2024 (Reapresentado - Nota 2.4). Rows include Receita líquida, Lucro bruto, Despesas operacionais, Lucro líquido do exercício.

Demonstração do resultado abrangente. Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais. Table with columns for 2025 and 2024 (Reapresentado - Nota 2.4). Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente.

Fluxo de caixa das atividades de investimento. Fluxo de caixa das atividades de financiamento. Fluxo de caixa das atividades de operação. Table with columns for 2025 and 2024 (Reapresentado - Nota 2.4).

Demonstração do fluxo de caixa. Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais. Table with columns for 2025 and 2024 (Reapresentado - Nota 2.4). Rows include Lucro líquido do exercício, Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais, Caixa gerado pelas atividades operacionais, Caixa gerado pelas atividades de investimento, Caixa gerado pelas atividades de financiamento.

Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes de impostos e juros pagos. Caixa gerado pelas atividades operacionais, depois de impostos e juros pagos. Caixa gerado pelas atividades de investimento. Caixa gerado pelas atividades de financiamento. Table with columns for 2025 and 2024 (Reapresentado - Nota 2.4).

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Demonstração das mutações no patrimônio líquido. Table with columns for 31 de dezembro de 2025 and 31 de dezembro de 2024. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2023, Total do resultado abrangente, Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado), Total do resultado abrangente, Saldos em 31 de dezembro de 2025.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional. A Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), empresa localizada no município de Alto Horizonte, no Estado de Goiás, na Fazenda Genipapo, Rodovia GO 347, sem número, é uma Companhia anônima de capital fechado. As atividades da Companhia compreendem a produção e a venda de recursos minerais nos mercados interno e externo, principalmente concentrado de cobre, e as atividades relacionadas a exploração, extração, processamento, reconstituição de minas, pesquisa e transporte, bem como a participação em outras companhias. A Companhia vem atuando na exploração da mina Maracá, instalada no norte do Estado de Goiás, na região denominada Chapada. As atividades de exploração iniciaram-se em novembro de 2006, e a produção comercial foi iniciada em fevereiro de 2007. Durante o ano 2014 foi iniciada a produção da área denominada Corpo Sul. A Companhia também possui outras áreas com potencial exploratório, sendo, Santa Cruz, Sucupira e Saúva. A Maracá é uma mina de minério de cobre a céu aberto ("open-pit"), com instalações de moagem produtoras de concentrado de cobre. O concentrado de cobre corresponde ao minério de cobre que, por meio de um processo de moagem das rochas e da mistura com água e reagentes, passa a apresentar entre 22% e 24% de cobre fino, ouro e outros tipos de minério em menor representatividade. Seu processamento em 2025 foi de aproximadamente 23,687 milhões de toneladas (22.880 milhões de toneladas em 2024) produzindo aproximadamente 43.974 toneladas de cobre contido (43.261 toneladas de cobre contido em 2024) e 61.331 onças de ouro (65.415 onças em 2024) - informações não auditadas. A vida útil remanescente da operação está estimada em 27 anos (2025). A Companhia é dependente da controladora no que se refere a financiamento, algumas estruturas administrativas e de governança. Os fluxos de caixa da Companhia, assim como a sua lucratividade, são afetados por diversos fatores, tais como níveis de produção, capacidade de extração de minérios das rochas, custos ambientais e de reconstituição de terrenos das minas, preços de "commodities", taxas de juros e flutuações nas taxas de câmbio. Apesar de a Companhia buscar constantemente o gerenciamento dos riscos pertinentes a tais fatores, muitos deles são voláteis e definidos por condições de mercado e, consequentemente, a Companhia está exposta a essas incertezas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, prevista na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. 2.2 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas ou recebidas em troca de ativos ou passivos. Os itens do balanço são classificados como circulante se o recebimento ou pagamento é previsto para até 12 meses. Itens com prazo superior são classificados como não circulante. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A Administração, após análises da operação e dos negócios da Companhia sobre a aplicabilidade do pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, concluiu que o dólar norte-americano é a moeda funcional da Companhia. Essa conclusão é baseada no ambiente de negócios da Companhia, com receita operacional decorrente dos minérios explorados, cujos preços são determinados no mercado internacional e transacionados na moeda norte-americana, o que foi considerado fator determinante na definição da moeda funcional. As transações em reais e outras moedas que não o dólar norte-americano foram convertidas em dólares norte-americanos, pelo método da taxa de câmbio histórica, pelo qual os itens monetários da posição financeira são convertidos pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios, e os itens não monetários são convertidos à taxa de câmbio na data da transação, sendo as variações reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Ganhos na conversão". A moeda de apresentação é o real; portanto, as demonstrações financeiras foram convertidas em reais utilizando os seguintes critérios: • Ativos e passivos são convertidos utilizando a taxa de fechamento nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais desses itens são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial"; • Contas de patrimônio líquido - os saldos iniciais foram convertidos pela taxa vigente à época efetiva das transações (histórica). As mutações ocorridas no exercício, que não sejam decorrentes do resultado do exercício, foram convertidas pelas taxas vigentes nas datas dessas transações; e • Contas de resultado - exceto pelos montantes correspondentes à receita de vendas, que são convertidos aos valores equivalentes aos montantes históricos em dólar norte-americano, as receitas e despesas foram convertidas utilizando as taxas de câmbio médias de cada mês.

2.4 Representação das cifras comparativas: Durante o exercício de 2025, a Companhia identificou inconsistências em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 relacionadas com a conversão de determinados saldos patrimoniais e de resultado da moeda funcional (dólar norte-americano - US\$) para a moeda de apresentação (reais - R\$). Após a revisão dos cálculos de conversão, a Administração concluiu que os efeitos identificados estão relacionados exclusivamente às movimentações ocorridas no exercício de 2024, não havendo impacto nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2024. Dessa forma, foram efetuados os ajustes necessários às cifras comparativas de 31 de dezembro de 2024, impactando contas patrimoniais de ativos e passivos, bem como os respectivos efeitos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes. Os efeitos líquidos da representação correspondem a: (i) aumento de R\$ 3.011 na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido; e (ii) aumento de R\$ 72.736 na rubrica "Ganhos na conversão de balanço", apresentada no resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os efeitos da representação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: - Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou - Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. - As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. - Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras alterações às normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. (b) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil ("Reforma"). O novo modelo está estruturado em um Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual"), composto por uma competência federal, representada pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), que substituirá o PIS e o COFINS, e por uma competência subnacional, representada pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), que substituirá o ICMS e o ISS. Também foi instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável. Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, oriunda do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, regulamentando parte relevante da Reforma Tributária, inclusive aspectos relacionados à CBS, ao IBS e ao regime de transição entre os sistemas tributários atual e futuro. Permanecem, contudo, pendentes de regulamentação aspectos temáticos complementares, incluindo dispositivos adicionais relativos à governança e operacionalização definitiva do Comitê de Bens e Serviços, de projetos legislativos específicos ainda em tramitação. A partir de 2026, inicia-se o período de transição da Reforma, no qual o sistema tributário atual coexistirá gradualmente com o novo modelo até sua implementação integral prevista para 2033. Nesse contexto, durante o exercício de 2026 passará a vigorar as alíquotas teste de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS, com correspondente mecanismo de compensação dos tributos federais atuais, conforme legislação vigente. A Companhia vem acompanhando a evolução normativa da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos operacionais, sistêmicos, financeiros e fiscais. Considerando que o novo regime ainda se encontra em fase de implementação gradual e sujeito à regulamentação complementar, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025. (c) Ambiente geopolítico e macroeconômico: O cenário econômico global permaneceu impactado, ao longo do exercício, por eventos geopolíticos relevantes, tensões regionais e incertezas macroeconômicas que continuam afetando cadeias de suprimentos, mercados de commodities, custos logísticos, níveis de inflação, taxas de juros e condições gerais de financiamento nos mercados internacionais. Tais fatores podem influenciar direta ou indiretamente o ambiente de negócios em que a Companhia está inserida. Adicionalmente, a volatilidade observada em indicadores macroeconômicos, especialmente taxas de inflação, taxas de juros e câmbio, pode afetar premissas utilizadas na mensuração de ativos e passivos, incluindo projeções de fluxo de caixa futuro, taxas de desconto aplicadas em testes de recuperabilidade, mensurações a valor justo, provisões e demais estimativas contábeis relevantes. A Administração monitora continuamente a evolução desse cenário e seus potenciais reflexos sobre as operações, liquidez, estrutura de capital, demanda por produtos minerais e desempenho econômico-financeiro da Companhia. Com base nas avaliações realizadas até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos materiais que demandassem ajustes relevantes nos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2025, permanecendo, contudo, a necessidade de acompanhamento contínuo da evolução do ambiente externo e de seus possíveis efeitos futuros. 3.2 Caixa e equivalentes de caixa: Representados por fundos de caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras de liquidez imediata, com prazos de resgate inferiores a noventa dias a partir da aplicação, em prazos de aquisição e custo de aquisição mais rendimentos auferidos às datas de encerramento dos exercícios, que são aproximado do valor de mercado. 3.3 Instrumentos financeiros. (a) Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ao valor justo por meio do resultado. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão

MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.  
CNPJ: 86.902.053/0001-13

Continuação...

registros no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimento em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo de negócio no qual o investimento é mantido. A Companhia reconhece os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. (b) **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. (c) **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com três categorias de mensuração a seguir: • **Custo amortizado** - os ativos, que são avaliados para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/ (perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/ (perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • **Valor justo por meio do resultado** - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/ (perdas), no período em que ocorrerem. (d) **Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial das "commodities". A Companhia não reconhece provisões para impairment em uma vez que não possui histórico de perdas em créditos. (e) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. (f) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica contabilidade de hedge (hedge Accounting). **3.4 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de unidade e teores preliminares e finais), valorizadas com base no preço das "commodities" estabelecido pela "London Metal Exchange - LME", menos deduções contratuais, na data de embarque ou em data próxima, conforme estabelecido o contrato com o cliente. No fim de cada período é efetuada a marcação a mercado para os saldos em aberto, por meio da colação futura das "commodities" para os respectivos meses em que ocorrerão seus custos finais (emissão das faturas finais). As faturas finais que finalizam as operações de exportação e geram saldos em aberto, são emitidas após recebimento e análise das "commodities" (aprovação de quantidades, índices de unidade e teores do metal contidos pelo cliente), são valorizadas com base no preço das "commodities" em época próxima ou posterior ao recebimento, conforme estabelece o contrato. O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre. A Administração, tendo em vista o histórico de realização das contas a receber de clientes, não identificou a necessidade de constituir provisão para perdas. **3.5 Estoques:** Controlados na moeda funcional, por meio de conversão por taxas históricas e demonstrados ao valor em reais correspondente à conversão do custo incorrido na mineração e produção pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os estoques incluem o minério extraído da mina sujeito aos processos de britagem e beneficiamento, assim definidos como produto em elaboração e produto acabado (concentrado de cobre), armazenados no depósito localizado na própria sede da Companhia e no depósito terceirizado localizado na região portuária do município de São João de Barra, Estado do Rio de Janeiro. Estes são registrados pelo menor valor entre o custo de aquisição e seu valor líquido realizável. Como estratégia operacional em sua produção de concentrado de cobre a Companhia prioriza o consumo do minério extraído que apresente maior teor de metal contido, estocando o minério que apresenta menor teor, o qual se encontra registrado como ativo não circulante, uma vez que sua perspectiva de realização possui prazo superior a 12 meses. Materiais de almoxarifado são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo de produção por ocasião do consumo ou da constatação da obsolescência. **3.6 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido dos encargos financeiros incorridos durante a construção ou o desenvolvimento de projetos, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para ajuste ao valor recuperável, controlado em dólares norte-americanos, por meio de conversão por taxas históricas e demonstrado ao valor em reais correspondente à conversão pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas de vida úteis anuais mencionadas na nota explicativa nº11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens ou a vida útil da operação a qual estão inseridos, dos dois o menor. Encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e a vida útil determinados para o item do imobilizado que foi incorporado. **3.7 Intangíveis:** Os custos de aquisição de direitos minerais, propriedades, direitos de exploração e desenvolvimento/ expansão e os custos incorridos na retirada da primeira camada de solo antes de atingir o minério são capitalizados. Os custos incorridos na exploração em geral, que não é efetuada para projetos específicos, são apropriados ao resultado no custo das operações correntes. Os custos relativos a projetos abandonados são revertidos ao resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos", quando tal decisão é tomada. A amortização dos custos mencionados anteriormente é realizada com base na proporção das unidades produzidas em relação às reservas provadas e prováveis de minério esperadas para extração ao longo da vida útil da mina. Em minas de alto teor de cobre, é necessário escavar e remover terras e minério, a fim de atingir o minério de teor adequado a ser explorado. Durante os períodos pré-operacional e de produção, esses custos chamados de "stripping costs" são capitalizados e classificados no ativo imobilizado uma vez que são custos necessários que objetivam trazer benefícios econômicos futuros à Companhia e previstos dentro do seu plano de produção. Com o início do processo produtivo, esses custos são amortizados ao longo da vida útil da área a ser explorada, com base nas unidades produzidas em relação às reservas e recursos de minério esperadas para extração ao longo do período de exploração daquela determinada área. O custo de remoção apenas de terra e minério sem probabilidade de usufruto é alocado diretamente ao custo de produção dos estoques do período correspondente à remoção. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil residual e são incluídos no resultado na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas". Os reparos e a manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. **3.8 Provisão para recuperação do meio ambiente:** Associada à futura desativação de ativos de longo prazo, que resulta da construção, da aquisição, do desenvolvimento ou da operação normal desses ativos. As obrigações para recuperação ambiental referentes aos ativos minerais da Companhia também são registradas nessa rubrica. Tais provisões incluem a desmobilização e demolição das infraestruturas, a remoção de materiais residuais e a remediação de áreas degradadas. Esses custos estimados são contabilizados no período em que a obrigação de recuperação ocorre, mesmo que durante o desenvolvimento da mina, ou durante a fase de produção, com base no valor presente dos custos futuros. Os custos estão estimados com base no plano de fechamento da mina. As estimativas de custo são atualizadas anualmente, durante toda a vida útil das operações, para refletir os desenvolvimentos conhecidos (por exemplo, as revisões das estimativas de custos e a vida útil estimada das operações). Os custos de recuperação são estimados com base nas exigências regulamentares e mensurados ao valor justo. O valor justo é determinado com base no valor presente líquido estimado das futuras saídas de caixa que se estima ocorrer após a recuperação e o encerramento das atividades. Essas estimativas estão sujeitas a alterações com base em mudanças nas leis e nos regulamentos e a negociações com as autoridades reguladoras. A apropriação da parcela do desconto aplicado na determinação do valor presente da provisão é registrada linearmente no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras". A provisão inicial para recuperação e restauração da mina, bem como as movimentações posteriores resultantes de novas degradações, mudanças nas estimativas de custo, alterações na estimativa de vida útil e revisões de taxas de

desconto dos fluxos de caixa futuro, é atribuída ao ativo imobilizado. Os custos de recuperação são chamados de custos capitalizados e amortizados ao longo da vida útil da mina com base nas unidades produzidas em relação ao total de reservas e recursos minerais. **3.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Compreende a avaliação anual e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida no resultado do exercício por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo do ativo menos o custo de venda e seu valor em uso. Para a estimativa do valor em uso, a Companhia efetua projeções com base em fluxos de caixa descontados a valor presente, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. (a) **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente nas datas de encerramento dos exercícios. (b) **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de CSL, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ação ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todos os ativos, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento do exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes". Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. **3.11 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido é a melhor estimativa da melhor estimativa das obrigações requeridas para liquidar a obrigação, considerando-se os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.12 Benefício a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **3.13 Juros sobre o capital próprio:** A distribuição de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida inicialmente como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e nos acordos fiscais dos juros sobre capital próprio reconhecido na demonstração de resultado. **3.14 Apuração do resultado e reconhecimento da receita:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de vendas, que incluem os ajustes de preços mencionados na nota explicativa nº 4, são apresentadas pelo valor líquido de impostos. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle sobre o concentrado de cobre é transferido para o cliente, que ocorre após o carregamento do navio. Nesse momento, o cliente assume a totalidade dos riscos e benefícios provenientes do ativo, possui a capacidade de dirigir, utilizar e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes do concentrado e está comprometido em pagar o valor contratual acordado entre as partes. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente. As vendas efetuadas pela Companhia estão geralmente sujeitas à inspeção do produto por parte do cliente. Nesses casos, a quantidade, a unidade e o teor de metal contido na venda são inicialmente reconhecidos de forma provisória, usando a melhor estimativa da administração cujo preço é baseado por valores de mercado determinados a cada contrato, sendo ajustados em data subsequente quando da conclusão de todas as etapas do processo de venda, variando entre 30 e 90 dias. Apesar de os preços estipulados nos contratos de venda de concentrado de cobre por parte da Companhia serem balizados em cotações de mercado, tais contratos não se encaixam na definição de instrumento financeiro derivativo pelo fato de a Companhia entregar a mercadoria física e não existir uma obrigação ou direito presente de ambas as partes de receber, entregar ou trocar ativos financeiros. **4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são constantemente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. As principais fontes de incerteza relacionadas a premissas e estimativas estão descritas a seguir: (a) **Reconhecimento da receita:** A receita na venda do concentrado de cobre é valorizada com base na estimativa do preço futuro das "commodities" estabelecido pela "London Metal Exchange - LME", menos as deduções contratuais, como por exemplo a revisão do teor de minério e peso na data de embarque e no destino final, conforme estabelecido o contrato com o cliente na data esperada para fixação do preço. (b) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil excede o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas. No fim de cada exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe indicativo de que o montante registrado para seus ativos relevantes eventualmente não seja recuperável. Até as datas de encerramento dos exercícios, nenhuma evidência nesse sentido foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos exercícios, nenhum ativo apresentou valor residual superior ao seu valor recuperável. (c) **Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte em diversas causas. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que haja saída de recursos para liquidar a obrigação e para que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações às circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (d) **Reservas minerais e vida útil de minas:** As estimativas de reservas minerais são analisadas e atualizadas pelos especialistas da Companhia, com a participação de outros especialistas independentes. As reservas possíveis, provadas e prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas possíveis, provadas e prováveis registradas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como "custo dos produtos vendidos". Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de "impairment". (e) **Provisão para recuperação do meio ambiente:** Tem como objetivo principal a formação de valores de provisões para o uso financeiro no futuro, no momento de encerramento do uso do ativo. As provisões realizadas pela Companhia referem-se, basicamente, ao fechamento de mina, com a finalização das atividades minerais e a desativação dos ativos vinculados à mina. A Companhia reconhece uma obrigação para desmobilização de ativos no período em que se estima que esta deverá ocorrer. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas à recuperação de áreas degradadas e aos custos de encerramento de uma mina como uma das suas principais fontes de incerteza, por envolver valores expressivos de provisão e por tratar-se de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação e vida útil do ativo, considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. (f) **Valorização dos estoques:** Os estoques de produtos acabados e em elaboração são registrados pelo menor valor entre o custo de produção e seu valor líquido realizável. As premissas utilizadas na valorização dos estoques de produtos em elaboração incluem

estimativas sobre as quantidades de ouro e cobre contidas no processo, assim como a expectativa de seus preços de realização. **5 Gestão de risco financeiro** Exploração, desenvolvimento e mineração de metais preciosos envolvem inúmeros riscos como resultado da natureza inerente dos negócios, tendências econômicas e as influências das condições sociais, políticas, ambientais e econômicas locais nas várias áreas geográficas de operação. Como tal, a Companhia está sujeita a vários riscos financeiros e operacionais que podem ter um impacto significativo em sua lucratividade, instrumentos financeiros e níveis de fluxos de caixa operacionais. Em particular, os riscos financeiros incluem risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de preço de commodities e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria corporativa da Companhia, segundo as políticas de alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. A área de Tesouraria corporativa identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. **5.1 Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que mudanças em fatores de mercado, como câmbio, preços de commodities ou taxas de juros afetem o valor dos Instrumentos financeiros da Companhia. Os riscos de mercado são administrados aceitando o risco ou mitigando-o através do uso de derivativos e outras coberturas econômicas. (a) **Risco de taxa de câmbio:** Sendo a moeda funcional o dólar norte-americano, a Companhia está exposta à variação da taxa de câmbio em moeda local (real), principalmente no caso de apreciação, tanto no impacto em dólares norte-americanos sobre o passivo monetário líquido denominado em reais (indicado anteriormente) quanto no custo operacional futuro. Qualquer variação (valorização ou desvalorização) de 10% na taxa de câmbio da moeda local em relação ao dólar norte-americano deverá apresentar um impacto no resultado de aproximadamente R\$ 106.725 (R\$ 118.761 em 2024), ganho ou perda, respectivamente. A taxa do dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2025 é de R\$5,5024 e, considerando a desvalorização de 10% no real, a taxa considerada seria de R\$6,0526. A tabela a seguir descreve a exposição da Companhia ao risco cambial e os efeitos antes dos impostos no resultado e no patrimônio líquido no final do exercício considerando-se uma alteração de 10% na moeda estrangeira para os itens monetários denominados em moeda estrangeira. 

	Efeito de Exposição		
	Em 31/12/2025	Aumento de 10%	Redução de 10%
Caixa e equivalentes de caixa	137.104	13.710	(13.710)
Contas a receber	2.456	246	(246)
Fornecedores	(232.955)	(23.296)	23.296
Empréstimos de mútuo - partes relacionadas	(973.854)	(97.385)	97.385
Total	(1.067.249)	(106.725)	106.725

	Efeito de Exposição		
	Em 31/12/2024	Aumento de 10%	Redução de 10%
Caixa e equivalentes de caixa	12.942	1.294	(1.294)
Contas a receber	341	34	(34)
Fornecedores	(227.040)	(22.704)	22.704
Empréstimos de mútuo - partes relacionadas	(973.854)	(97.385)	97.385
Total	(1.187.611)	(118.761)	118.761

 A análise de sensibilidade incluída nas tabelas acima deve ser usada com cautela, pois os resultados são teóricos, baseados nas melhores premissas usando dados materiais e praticáveis que podem gerar resultados que não são necessariamente indicativos de desempenho futuro. Além disso, ao derivar essa análise, a Companhia adotou premissas baseadas na estrutura e no relacionamento das variáveis quanto ao equilíbrio da data do balanço que pode diferir devido a flutuações ao longo do ano, com todas as outras variáveis consideradas permanentes. Mudanças reais em uma variável podem contribuir para mudanças 

Em 31 de dezembro	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	2025	2024
Fornecedores	(232.955)	-	-	-	(232.955)	(227.040)
Empréstimos - partes relacionadas	(114.536)	(1.088.391)	-	-	(1.202.927)	(1.317.463)
Empréstimos - ACC	(732.525)	-	-	-	(732.525)	(926.775)
Provisão para recuperação do meio ambiente	(28.105)	(51.834)	(43.098)	(1.672.121)	(1.795.158)	(1.820.550)
Passivo de arrendamento	(3.257)	(4.293)	(1.390)	-	(8.940)	(8.881)

 Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são os seguintes: 

	2025	2024
Ativos financeiros pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	137.104	12.942
Contas a receber	2.456	341
Contas a receber - partes relacionadas	1.261.509	955.563
Total dos ativos financeiros	1.401.069	968.846
Passivos financeiros pelo custo amortizado:		
Fornecedores	(232.955)	(227.040)
Empréstimos - partes relacionadas	(973.854)	(973.854)
Empréstimos	(728.857)	(917.547)
Total dos passivos financeiros	(1.935.666)	(2.118.441)

 Recursos em conta corrente e em caixa 134.077 11.752 Depósitos bancários de curto prazo 3.027 1.190 **137.104 12.942** Os depósitos bancários de curto prazo não possuem carência e são remunerados em média entre 50% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (50% e 100% em 2025), registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **7. Contas a receber**

	2025	2024
Saldo inicial	2.456	341
Adições	2.456	341
Total	2.456	341

 O saldo de 31 de dezembro de 2025 refere-se substancialmente a saldo a receber de clientes referente a venda de sucatas e óleo lubrificante usado para reciclagem. **8 Estoques**

	2025	2024
Produtos acabados	121.072	111.309
Pilhas de minério	1.527.172	2.216.172
Materiais de almoxarifado	370.039	358.466
Provisão para perdas de materiais de almoxarifado	(31.668)	(19.506)
Total	1.986.615	2.666.441
Circulante	493.674	575.654
Não circulante (estoques de minério)	1.492.941	2.090.787

 Os saldos de materiais de almoxarifado estão alinhados com os planos de produção e consumo previstos para o próximo exercício. Ao longo de 2025, a Companhia realizou revisões técnicas e avaliações dos estoques de longo prazo. Como resultado, em dezembro de 2025, foi reconhecido um ajuste de R\$ 106.642 no custo dos produtos vendidos, referente à baixa de aproximadamente 9 milhões de toneladas de estoques de longo prazo classificados como não recuperáveis, em função do baixo teor e da baixa recuperação, sem benefícios econômicos futuros esperados. Em decorrência da atualização do modelo geológico e das estimativas de teor e recuperação metalúrgica das pilhas de minério (stockpiles), o plano de lavra de 2026 passou a prever o processamento de uma parcela significativa desse material apenas nas fases finais da vida útil da mina. Esse adiantamento reduziu o valor realizável líquido das pilhas abaixo de seu valor contábil, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor realizável líquido (NRV impairment) no montante de R\$ 320.517 no custo dos produtos vendidos, em conformidade com o CPC 16 (R1) / IAS 2 - Estoques. A movimentação da provisão para perdas de materiais de almoxarifado é como segue: 

	2025	2024
Saldo inicial	(19.506)	(14.358)
Adições	7.720	2.604
Reversão de provisão	(19.882)	(7.752)
Saldo final	(31.668)	(19.506)

 conforme CPC 02 (R2) / IAS 21 e CPC 23 / IAS 8. Os saldos de 31 de dezembro de 2023 permanecem inalterados. 

	Propriedade Minerais	Direitos Minerais	Obras em andamento	Equipamentos de mina	Móveis e utensílios	Terenos e instalações	Custo de fechamento de mina	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.102.492	330.661	115.200	1.699.075	270.315	1.400.705	240.105	6.158.544	
Adições	230.497	-	308.223	-	-	-	-	538.720	
Transferências	7.155	-	(227.440)	26.723	83.654	111.436	(6.767)	(5.239)	
Ajustes de reavaliação anual ARO	-	-	-	-	-	-	-	(177.003)	(177.003)
Baixas	-	-	-	(11.416)	-	(423)	-	(11.839)	
Efeito de diferenças cambiais - (CTA)	15.838	49.718	13.128	(931.326)	241.918	(236.088)	(56.333)	(903.145)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (representado)	2.355.972	380.379	198.695	794.472	595.464	1.276.053	-	5.601.035	

	Propriedade Minerais	Direitos Minerais	Obras em andamento	Equipamentos de mina	Móveis e utensílios	Terenos e instalações	Custo de fechamento de mina	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (representado)	(841.025)	(63.508)	-	(1.183.498)	(28.748)	(594.555)	(97.997)	(2.809.331)
Depreciação	(186.232)	(10.236)	-	(13.886)	(42.537)	(34.675)	(7.328)	(294.894)
Transferências	(182.093)	-	-	-	-	-	182.093	-
Baixas	-	-	-	-	391	-	-	391
Efeito de diferenças cambiais - (CTA)	266.910	22.620	-	1.073.276	(128.603)	356.367	(76.768)	1.513.802
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (representado)	(942.440)	(51.124)	-	(124.108)	(199.497)	(272.863)	-	(1.590.032)
Depreciação	(170.920)	(10.293)	-	(15.701)	(50.078)	(43.068)	(951)	(291.011)
Transferências	8.553	-	-	-	-	-	(8.553)	-
Baixas	15.777	-	-	-	228	757	-	16.762
Efeito de diferenças cambiais - (CTA)	108.293	1.913	-	(1.677)	15.808	20.072	9.504	153.913
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(980.737)	(59.504)	-	(141.258)	(233.010)	(295.859)	-	(1.710.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2025, líquido	1.316.031	294.600	267.597	555.517	381.879	1.011.350	-	3.826.974

	Propriedade Minerais	Direitos Minerais	Obras em andamento	Equipamentos de mina	Móveis e utensílios	Terenos e instalações	Custo de fechamento de mina	Total					
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (representado)	192.800	97.825	16.637	392.967	(300.832)	(11.115)	89.170	172.642	(64.848)	(521)	21.199	(17.615)	
Ajustes de reavaliação anual ARO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(15.777)	-	-	-	(681)	(1.157)	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de diferenças cambiais - (CTA)	(334.052)	(42.912)	(23.233)	(85.901)	(68.588)	(141.486)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.296.768	354.104	267.597	696.775	614.889	1.307.209	-	-	-	-	-	-	-

	Propriedade Minerais	Direitos Minerais	Obras em andamento	Equipamentos de mina	Móveis e utensílios	Terenos e instalações	Custo de fechamento de mina	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (representado)	(942.440)	(51.124)	-	(124.108)	(199.497)	(272.863)	-	(1.590.032)
Depreciação	(170.920)	(10.293)	-	(15.701)	(50.078)	(43.068)	(951)	(291.011)
Transferências	8.553	-	-	-	-	-	(8.553)	-
Baixas	15.777	-	-	-	228</			

MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ: 86.902.053/0001-13

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Custos, Saldo em 1º de janeiro, Transferência, Efeito de diferenças cambiais, Amortização acumulada (Ativo), Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2025, Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025.

A provisão para recuperação do meio ambiente foi estimada considerando os gastos necessários para o fechamento da mina, com base na atual área degradada e em uma taxa de desconto anual de 13,88% a.a. (14,42% a.a. em 2024). Essa taxa reflete o atual cenário econômico brasileiro em que os gastos serão incorridos.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Fornecedores nacionais, Fornecedores do exterior, Total, Em 2025, o prazo médio de pagamentos foi de 30 dias (30 dias em 2024).

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Saldo Passivo não circulante - empréstimos, Transações, Resultado financeiro - mútuo, Despesa com juros - mútuos, Total.

(a) A movimentação dos mútuos a pagar durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi conforme segue:

Table with 4 columns: Modalidade, Parte relacionada, Moeda, Taxa anual. Rows include Intercap, Pré pagamento de exportação, Saldo em 31 de dezembro de 2025, Circulante, Não circulante.

Table with 4 columns: Modalidade, Parte relacionada, Moeda, Taxa anual. Rows include Intercap, Pré pagamento de exportação, Saldo em 31 de dezembro de 2025, Circulante, Não circulante.

Remuneração dos administradores: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os honorários dos administradores foram de R\$ 7.305 e R\$ 9.311 respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado nas rubricas "Despesas comerciais" e "Despesas gerais e administrativas", conforme segue:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Saldo Anterior, Adições do período - imposto calculado, Saldo final.

Benefícios de curto prazo a empregados: Salários, Bônus, Outros benefícios, Total.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Saldo Anterior, Adições do período - imposto calculado, Saldo final.

16 Empréstimos - terceiros: Os empréstimos bancários têm vencimento entre 30 e 180 dias e taxas de juros médias de 6,15% ao ano. O total dos empréstimos corresponde aos adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) durante o exercício de 2025.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Captações, Juros Provisionados, Juros Pagos, Variação Cambial, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

17 Impostos, taxas e contribuições a pagar: Representado por valores a serem recolhidos às Administrações Tributárias Municipais, Estaduais e Federais, apurados segundo a legislação aplicável, e correspondem aos tributos (PIS/COFINS, ICMS, ISS e CFEMF) e tributos retidos por responsabilidade legal (INSS e IRRF), conforme segue:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Terceiros, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Circulante, Não Circulante.

18 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal, com base no regime de lucro real. A natureza do passivo é decorrente dos lucros tributáveis conforme o regime de tributação do lucro real anual. A reconciliação entre a despesa do imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominais e a despesa contabilizada está demonstrada a seguir:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Taxa nominal combinada de imposto de renda e contribuição social, Despesa potencial com IR e CSLL à taxa combinada, Ajuste para reconciliação da despesa efetiva, Ajuste de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças de câmbio de itens monetários e não monetários, Diferenças permanentes: Ajustes de conversão, Juros sobre o capital próprio, Juros de mora sobre IR e CSLL, Outras diferenças permanentes, líquidas, Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício, Correntes, Diferidos.

19 Movimentação do imposto de renda e contribuição social - correntes: Saldo Anterior, Adições do período - imposto calculado, Baixas/pagamentos do período, Saldo final.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Saldo Anterior, Adições do período - imposto calculado, Baixas/pagamentos do período, Saldo final.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Companhia têm a seguinte origem:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Diferenças entre bases fiscais e contábeis de ativos não monetários (diferença de moeda funcional), Marcação a mercado das contas a receber, Depreciação acelerada, Diferenças de depreciação, Outros, Provisão para perdas de materiais de almoxarifado, Provisão para participação nos lucros, Provisão para perda depósito judicial, Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis, Provisão para gastos com fechamento de mina Impairment Estoque, Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social diferidos, Alíquota, Imposto de renda e contribuição social diferidos.

20 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis: Em 31 de dezembro de 2023, Provisões adicionais e aumento nas provisões, Reversão de provisões, Baixas por pagamentos, Em 31 de dezembro de 2024, Provisões adicionais e aumento nas provisões, Reversão de provisões, Baixas por pagamentos, Em 31 de dezembro de 2025, A Companhia está envolvida em disputas e contingências nas esferas jurídica e administrativa, oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e civis, entre outras. A administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações nem a posição financeira da Companhia. Para os processos cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisão para perdas no montante de R\$115.697 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 46.837 em 2024). Além dos valores já provisionados demonstrados anteriormente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está envolvida em outras disputas e litígios de natureza trabalhista, cível e tributária, cuja montante é de aproximadamente R\$1.303.850 (R\$884.986 em 2024). A Administração e seus assessores jurídicos concluíram que o risco de eventual perda foi considerado possível nesse caso e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Table with 4 columns: Processos tributários, Processos civis, Processos trabalhistas, Total. Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Provisões adicionais e aumento nas provisões, Reversão de provisões, Baixas por pagamentos, Em 31 de dezembro de 2024, Provisões adicionais e aumento nas provisões, Reversão de provisões, Baixas por pagamentos, Em 31 de dezembro de 2025.

21 Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social autorizado, subscrito e integralizado na Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.834.263 (R\$ 1.700.977 em 2024), composto por 7.314 ações ordinárias (7.001 em 2024) e 2.568 ações preferenciais nominativas (2.568 em 2024), sem valor nominal, assim distribuídas:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Ações, Número de ações, Valor nominal.

(b) Direito dos acionistas: As ações ordinárias asseguram direito a voto nas Assembleias Gerais dos Acionistas e, de acordo com o estatuto social, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações do capital social. As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso de capital, sem prêmio. O estatuto social da Companhia não define dividendos mínimos obrigatórios, mas apenas e tão somente delega o tema para a Administração, que deve recomendar os dividendos a serem distribuídos depois da constituição da reserva legal e de outras destinações legais eventualmente necessárias. Essa recomendação deve ser aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal (5%), Base de cálculo dos dividendos.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal (5%), Base de cálculo dos dividendos.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal (5%), Base de cálculo dos dividendos.

22 Receita líquida: A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Receita bruta de vendas - mercado externo, Ajuste de preço ao valor de mercado - ano corrente, Ajuste de preço ao valor de mercado - reversão ano anterior, Total da receita líquida do exercício.

23 Natureza das despesas: Custos dos Produtos Vendidos, Matérias-primas, materiais consumíveis e serviços, Depreciação e amortização, Despesas com pessoal, Combustíveis, Energia elétrica, Reagentes químicos, Explosivos, Revestimentos dos moinhos, Bolas de aço, Pneus, Materiais de perfuração, Seguros diversos, Utilidades, manutenção e conservação, Outras despesas.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Despesas comerciais, gerais e administrativas, Provisões e reversões de contingências, Despesas comerciais líquidas, Condenações judiciais, Despesas com pessoal, Ações sociais e comunitárias, Consultorias, auditorias e processamento de dados, Prestadores de serviços, Análises químicas, Depreciação e Amortização, Outras despesas, Outros materiais consumíveis, Comerciais, Gerais e administrativas.

24 Outras despesas operacionais, líquidas: Outras receitas operacionais, Venda de sucata, Provisão para perdas com ICMS, Reversão provisão de PIS / COFINS, Outras receitas operacionais.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Outras receitas operacionais, Venda de sucata, Provisão para perdas com ICMS, Reversão provisão de PIS / COFINS, Outras receitas operacionais.

25 Receitas e despesas financeiras: As receitas e as despesas financeiras são compostas como segue:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Receitas financeiras, Outras receitas financeiras, Receita de juros sobre aplicações financeiras, Despesas financeiras, Despesas com juros, Juros com gastos com fechamento de mina, Juros Desconto de Direito de Uso, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Despesas bancárias.

26 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2025, a posição dos compromissos, principalmente para compra de energia elétrica, óleo combustível e lubrificante, serviços de movimentação de rocha e de terceiros contratados para atuar na lavra, no transporte do minério até a planta e da planta até o porto de embarque do concentrado de cobre, era como segue:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Ano, Valor.

27 Transações sem efeito de caixa: Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais e de investimento que não envolveram caixa:

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Saldo em 1º de janeiro, Transferência, Efeito de diferenças cambiais, Amortização acumulada (Ativo), Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2025, Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025.

28 Eventos subsequentes - Extinção do Fundeinfra: Em 13 de março de 2026, o Estado de Goiás publicou a Lei nº 24.133/2026, que extinguiu a contribuição ao Fundeinfra, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, a Companhia deixou de estar sujeita à cobrança anteriormente equivalente a 1,65% sobre a receita bruta. Considerando que a legislação foi promulgada após a data-base das demonstrações financeiras, não houve ajuste nos saldos reconhecidos em 31 de dezembro de 2025. Como consequência da extinção do tributo, a Administração deixou de efetuar depósitos judiciais e de constituir provisões para recuperação do meio ambiente.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Saldo em 1º de janeiro, Transferência, Efeito de diferenças cambiais, Amortização acumulada (Ativo), Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2025, Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025.

29 Aprovação das demonstrações financeiras: Em 1 de julho de 2026, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como autorizou sua emissão.

Table with 2 columns: 2025, 2024. Rows include Saldo em 1º de janeiro, Transferência, Efeito de diferenças cambiais, Amortização acumulada (Ativo), Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2025, Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025.

DIRETORIA: Luciano Antônio de Oliveira Santos, Jean Silva Cintra, Itamar Machado de Magalhães. CONTADOR: André Mauricio Simões, CRC MG 095905/O-2.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Aos Administradores e Acionistas, Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e em normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Chamamos atenção para a Nota 15 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belô Horizonte, 1 de julho de 2026. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP00160/F-5 Fábio Abreu de Paula - Contador CRC 1MG075204/O-0

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital conforme Lei 13.818/2019 VERIFICAÇÃO - acesse: validar.it.gov.br